

Estudos de direito  
processual e tributário  
em homenagem ao Ministro

# *Teori Zavascki*

*Organizadores:*

Gustavo Lanna Murici  
Oscar Valente Cardoso  
Raphael Silva Rodrigues

*Apresentação: Ministra Laurita Vaz*

*Prefácio: Ministro Dias Toffoli*

*Posfácio: Prof. Dr. Ives Gandra da Silva Martins*



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2018, Os Autores.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Leticia Robini*  
*(Imagem via VisualHunt)*

**Diagramação**  
*Leticia Robini*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

1123718

**Catálogo na Publicação (CIP)**  
**Ficha catalográfica**

Estudos de direito processual e tributário em homenagem ao Ministro Teori  
Zavaski. MURICI, Gustavo Lanna; CARDOSO, Oscar Valente; RODRIGUES,  
Raphael Silva [Orgs.] -- 1 reimp. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia  
ISBN: 978-85-8425-933-5

1. Direito. 2. Direito Processual. 3. Direito Tributário. I. Título. II. Artigos

CDU340

CDD340

GRUPO  
**D'PLÁCIDO**



**Rodapé**



## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	15
<i>Dias Toffoli</i>	
APRESENTAÇÃO .....	19
<i>Ministra Laurita Vaz</i>	
1. A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO ART. 136 DO CTN E A POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DAS MULTAS TRIBUTÁRIAS .....	21
<i>Enrique de Castro Loureiro Pinto</i>	
2. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA EM MANDADO DE SEGURANÇA QUE ABRANGE A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA .....	47
<i>Alessandro Mendes Cardoso</i>	
<i>Clara Garzon T. Nogueira</i>	
3. A RECOMENDAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA, DE 11 DE JUNHO DE 2013, SOBRE AS AÇÕES COLETIVAS .....	63
<i>Aluisio Gonçalves De Castro Mendes</i>	
<i>Larissa Clare Pochmann Da Silva</i>	
4. O ICMS SOBRE A ASSINATURA MENSAL E A ALTERAÇÃO JURISPRUDENCIAL CONDUZIDA PELO SAUDOSO MINISTRO TEORI ZAVASCKI NO STF .....	81
<i>André Mendes Moreira</i>	
5. A REGRA DECISÓRIA DO CONFAZ E A GUERRA FISCAL .....	93
<i>Bernardo Motta Moreira</i>	

6. A INCONSTITUCIONALIDADE POR ARRASTAMENTO DO ARTIGO  
1º-F DA LEI N. 9.494/97 RECONHECIDA NAS ADIS 4.357 E  
4.425 E A NECESSIDADE DE UMA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL..... 123  
*Betina Treiger Grupenmacher*  
*Thiago de Oliveira Vargas*
7. PRATICABILIDADE TRIBUTÁRIA E O ICMS-ST:  
A CRÍTICA TÉCNICA DE TEORI ZAVASCKI..... 139  
*Carlos Augusto Daniel Neto*
8. ISS – “FRANCHISING” – INCONSTITUCIONALIDADE  
DE SUA INCIDÊNCIA SOBRE OS ROYALTIES PAGOS PELO  
FRANQUEADO AO FRANQUEADOR .... 161  
*Carlos Mário da Silva Velloso*
9. O COMBATE AO ABUSO DE CONVENÇÕES PARA EVITAR  
A BITRIBUTAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRINCIPAIS  
PROPOSTAS NO ÂMBITO DA AÇÃO 6 DO PLANO BEPS..... 187  
*César Vale Estanislau*
10. DA EXECUÇÃO FISCAL E DA EXECUÇÃO CONTRA  
FAZENDA PÚBLICA (UMA VISÃO EPISTEMOLÓGICA)..... 237  
*Charley Teixeira Chaves*
11. CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI NA  
EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES  
ACERCA DA INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE AS ATIVIDADES  
CORRELATAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO..... 271  
*Daniela Silveira Lara*  
*Ariene A. Henriques dos Reis*
12. A RESCISÃO DA COISA JULGADA NAS RELAÇÕES JURÍDICAS  
DE TRATO SUCCESSIVO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO RE N. 730.462  
(TEMA 733 DA RG) E SEUS REFLEXOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO..... 291  
*Diego Diniz Ribeiro*  
*Rodrigo G. N. Massud*
13. TRIBUNAIS SUPERIORES E A NECESSIDADE DE MEIOS

PARA SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES: O ART. 1.030, CPC E A NECESSIDADE DE UMA INTERPRETAÇÃO ADEQUADA .....	309
--	-----

*Dierle Nunes*

*Marina Carvalho Freitas*

14. ISS: O CONCEITO DE "SERVIÇOS" NA JURISPRUDÊNCIA DO STF. AS SENTENÇAS MANIPULATIVAS E A DIVISÃO DE PODERES. ....	359
--	-----

*Edmar Oliveira Andrade Filho*

15. O ENTENDIMENTO DO STF PELA CONSTITUCIONALIDADE DO ACESSO DO FISCO AOS DADOS BANCÁRIOS DOS CONTRIBUINTES E O PESO DOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS PELO BRASIL.....	371
--	-----

*Efigênio de Freitas Júnior*

16. SUMIU O QUE ESTAVA DEPOSITADO EM JUÍZO. E AGORA? .....	395
--	-----

*Fernando Facury Scaff*

17. A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS ADMINISTRADORES DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS DE ACORDO COM O ATUAL ENTENDIMENTO DO STJ .....	403
---	-----

*Flávio Couto Bernardes*

*Marina Grimaldi de Castro*

18. OS EFEITOS DA CONFISSÃO NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS.....	425
---	-----

*Flávio de Sá Munhoz*

*Marília de Prince Rasi Faustino*

19. IMUNIDADE DO ART. 195, §7º DA CONSTITUIÇÃO: O CAMPO RESERVADO À LEI COMPLEMENTAR E O CAMPO POSSÍVEL À LEI ORDINÁRIA. UMA ANÁLISE DO VOTO DO MIN. TEORI ZAVASCKI NA ADI 2.028/DF.....	439
---	-----

*Frederico Menezes Breyner*

20. A MODERNIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO ADEQUADA NO PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO: O CPC/2015 E A CLASS ACTION COMO PARADIGMA.....	459
---	-----

*Frederico Augusto Leopoldino Koehler*

*Mariana Corrêa de Oliveira Andrade*

21. A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS LIVROS: DO PAPEL AOS LIVROS ELETRÔNICOS.....	475
<i>Gabriel Sant'Anna Quintanilha</i>	
22. AS TAXAS E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	485
<i>Guilherme De Almeida Henriques</i> <i>Marcelo Hugo De Oliveira Campos</i>	
23. A ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE: A VOCAÇÃO EXPANSIVA DAS DECISÕES SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS .....	501
<i>Gustavo Lanna Murici</i> <i>Lorenza Senem Lopes Cançado</i>	
24. LANÇAMENTO DEFINITIVO DO TRIBUTO E AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	519
<i>Hugo de Brito Machado</i>	
25. COERÊNCIA JURISPRUDENCIAL E O EXAME DE QUESTÕES LIGADAS AO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.....	529
<i>Hugo de Brito Machado Segundo</i> <i>Raquel Cavalcanti Ramos Machado</i>	
26. O PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL DO CONTRIBUINTE E LIMITAÇÃO INSTRANSPONÍVEL DO ESTADO TRIBUTÁRIO.....	539
<i>Hugo Reis Dias</i> <i>João Paulo Fanucchi de Almeida Melo</i>	
27. AS IMUNIDADES DAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	551
<i>Ives Gandra Da Silva Martins</i> <i>Fátima Fernandes Rodrigues De Souza</i>	
28. MULTAS TRIBUTÁRIAS: PERSPECTIVAS DO CONTROLE JUDICIAL DE SUA ABUSIVIDADE .....	563
<i>José Edgard Penna Amorim Pereira</i> <i>Ludmila Mara Monteiro de Oliveira</i>	

29. ENSINAMENTOS TRIBUTÁRIOS DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI EM JULGADOS DO STF E STJ.....	581
<i>José Eduardo Soares De Melo</i>	
30. O CONCEITO DE RENDA, A SÚMULA 584 DO STF E O RE 183.130/PR .....	593
<i>Junia Roberta Gouveia Sampaio</i> <i>Gustavo Henrique Souza Mafra</i>	
31. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO .....	609
<i>Kiyoshi Harada</i>	
32. COAÇÕES INDIRETAS NA EXECUÇÃO PECUNIÁRIA .....	629
<i>Leonardo Greco</i>	
33. TRATADOS INTERNACIONAIS E A CLÁUSULA DE NÃO-DISCRIMINAÇÃO - ANÁLISE DO CASO "VOLVO" .....	653
<i>Leonardo Varella Giannetti</i>	
34. JUSTIÇA, PROGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	679
<i>Lílian Cláudia de Souza</i> <i>Marina Machado Marques</i>	
35. A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO TRIBUTÁRIO E O DIREITO PRIVADO – ANÁLISE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 540.829 (INCIDÊNCIA DE ICMS-IMPORTAÇÃO SOBRE OPERAÇÕES DE LEASING INTERNACIONAL).....	693
<i>Luís Eduardo Schoueri</i> <i>Tiago Rios Coster</i>	
36. EXECUÇÃO PENAL APÓS A CONDENAÇÃO EM SEGUNDO GRAU: A LUTA CONTRA A CULTURA DA IMPUNIDADE .....	709
<i>Luís Roberto Barroso</i>	
37. A INTANGIBILIDADE DA COISA JULGADA DIANTE DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE: IMPUGNAÇÃO, RESCISÓRIA E MODULAÇÃO DE EFEITOS .....	729
<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	

38. A COISA JULGADA NO PROCESSO COLETIVO – UMA ANÁLISE DO INSTITUTO SOB A PERSPECTIVA DAS REGRAS SOBRE O ÔNUS DA PROVA – O DIREITO A UMA SEGUNDA CHANCE? .....	757
<i>Marco Félix Jobim</i>	
<i>Rafael Caselli Pereira</i>	
39. O ICMS-COMUNICAÇÃO À LUZ DOS VOTOS DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI. ....	773
<i>Marco Túlio Fernandes Ibraim</i>	
<i>Pedro Lucas Debelli Marques</i>	
40. O ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E A EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	787
<i>Marilene Talarico Martins Rodrigues</i>	
41. NECESSIDADE DA AÇÃO DE MODIFICAÇÃO PARA SUSTAÇÃO DA COISA JULGADA NAS RELAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. ESTUDO EM HOMENAGEM AO MINISTRO TEORI ZAVASCKI .....	815
<i>Mary Elbe Queiroz</i>	
<i>Antonio Carlos F. de Souza Júnior</i>	
42. LIMITES NA ATRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE PESSOAL EM RELAÇÃO A DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DE PESSOAS JURÍDICAS .....	825
<i>Maurício Saraiva de Abreu Chagas</i>	
<i>Jorge Ricardo El Abras</i>	
43. RECEITA COMO ELEMENTO DE INCIDÊNCIA DO PIS E DA COFINS: CONCEITO JURÍDICO X CONCEITO CONTÁBIL.....	841
<i>Maysa de Sá Pittondo Deligne</i>	
44. O PAPEL DAS CONTRIBUIÇÕES NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO – UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS INTRODUZIDO PELA EC 41/2003.....	863
<i>Miguel Horvath Júnior</i>	
45. A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE: COMENTÁRIOS AO VOTO DISSIDENTE DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI NA ADI 4.650/DF.....	871
<i>Misabel Abreu Machado Derzi</i>	
<i>Thomas da Rosa de Bustamante</i>	



46. EFEITOS DA ADO 25: UMA ANÁLISE A PARTIR DO VOTO DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI.....	879
<i>Onofre Alves Batista Júnior</i>	
<i>Marina Soares Marinho</i>	
47. O QUE PRECEDE UM PRECEDENTE? .....	891
<i>Oscar Valente Cardoso</i>	
48. A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROGRESSIVIDADE EM TRIBUTO SEM EXPLÍCITA AUTORIZAÇÃO CONSTITUCIONAL: EXAME DA CONSTITUCIONALIDADE DA FIXAÇÃO DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....	909
<i>Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho</i>	
49. A CONTRIBUIÇÃO DO MINISTRO TEORI ZAVASCKI COM RELAÇÃO À TRIBUTAÇÃO DE LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR .....	935
<i>Paulo Antônio Machado da Silva Filho</i>	
50. REFLEXÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA E A FIGURA DA "LEI INTERPRETATIVA" .....	949
<i>Paulo de Barros Carvalho</i>	
51. A (NÃO) INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO FORNECIDO POR MEIO DE TICKETS E/OU VALES ALIMENTAÇÃO OU REFEIÇÃO. ....	967
<i>Paulo Roberto Coimbra Silva</i>	
<i>Alice de Abreu Lima Jorge</i>	
52. AS MULTAS, O VOTO DE QUALIDADE NO CARF E O ART. 112 DO CTN .....	985
<i>Rafhael Frattari</i>	
<i>Vinícius Vasconcelos</i>	
53. O PROCESSO CONSTITUCIONAL E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O EFETIVO FORTALECIMENTO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA NA CONTEMPORANEIDADE .....	1001
<i>Raphael Silva Rodrigues</i>	

54. CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE DE DEDUZIR OS GASTOS COM MEDICAMENTOS DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA .....	1017
<i>Raphael Talles Pereira</i>	
<i>Thiago Penido Martins</i>	
55. DA AFINIDADE COMO CAUSA DE REUNIÃO DE PROCESSOS (E COMO INSTRUMENTO PARA PROVER AGILIDADE PROCESSUAL) .....	1041
<i>Reis Friede</i>	
<i>Rodolfo Kronenberg Hartmann</i>	
56. A PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO À LUZ DA TEORIA DOS PRECEDENTES: O OVERRULING DO RESP 1.120.295/SP. ....	1075
<i>Renato Lopes Becho</i>	
<i>Bruno Bartelle Basso</i>	
57. AS INDENIZAÇÕES PERANTE O IMPOSTO DE RENDA .....	1089
<i>Ricardo Mariz de Oliveira</i>	
58. A CONFIGURAÇÃO DO RESULTADO DO SERVIÇO PARA FINS DE INCIDÊNCIA DO PIS/IMPORTAÇÃO E DA COFINS/IMPORTAÇÃO.. ....	1099
<i>Rodrigo Mineiro Fernandes</i>	
<i>Pedro Henrique Alves Mineiro</i>	
59. LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR – IMUNIDADES E TEMAS AFINS.....	1115
<i>Sacha Calmon Navarro Coêlho</i>	
60. A DENÚNCIA ESPONTÂNEA E O LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - A EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA À LUZ DOS PRECEDENTES FIRMADOS PELO MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI.....	1143
<i>Tatiana Josefovicz Belisário</i>	
61. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA E DENÚNCIA ESPONTÂNEA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.....	1157
<i>Thais de Laurentiis</i>	

62. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE: REFLEXOS PARA FATOS IMPONÍVEIS OCORRIDOS NA VIGÊNCIA DE MEDIDA REVOGADA. . . . .	1173
<i>Thiago Chaves Gaspar Bretas Lage</i>	
<i>Sabrina Cristiny Barbosa</i>	
63. A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA PARA PACIFICAÇÃO SOCIAL: O CASO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL NAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS . . . . .	1185
<i>Valter de Souza Lobato</i>	
<i>Tiago Conde Teixeira</i>	
BREVE POSFÁCIO . . . . .	1197
<i>Prof. Dr. Ives Gandra da Silva Martins</i>	
AUTORES . . . . .	1199